

OS MOVIMENTOS DE ACOMODAÇÃO: AS REVOLUÇÕES DE 1842, 1848 E A VISÃO DA EUROPA

Istvan Jancsó

A década 1840-1850 é a década revolucionária por excelência do século XIX. Ao estudioso dos movimentos revolucionários do período e, essencialmente das revoluções de 1848, a questão que se coloca em primeiro lugar é a da simultaneidade de movimentos, num período relativamente curto de tempo.

Qualquer tentativa de sistematização desses movimentos revolucionários apresenta o risco de perder-se em generalizações fáceis, em abstrações sem o menor contato com a realidade. E, na verdade, o problema básico está na colocação do autor (ou, com especificidade, do historiador) de si próprio face o fato histórico. A natureza deste trabalho não comporta introdução metodológica mas julgamos necessário ressaltar a utilização de um artifício decorrente da problemática abordada. Partiremos de uma delimitação e apresentação esquemática de uma realidade mais ampla que é parcela considerável do mundo atlântico: Europa e América. Não temos dúvida de que esta redução arbitrária irá empobrecer a análise. Mas tanto temos consciência do risco que utilizámos a expressão *mais ampla* em vez de totalidade.

A Europa apresentava, no período que de momento nos interessa, variações notáveis em todos os níveis da atividade humana. Ao nível da organização política coexistem o regime parlamentarista inglês e o regime absolutista, quase teocrático, do czar de todas as Russias; o absolutismo com roupagens gastas da Ilustração de Metternich e a monarquia burguesa de Luís Filipe. E se tão grandes eram as diferenças ao nível da organização política, tão grandes o eram também em termos de estruturação da sociedade, relações de produção, artes ou meios de transporte. E essas partes diferenciadas, que se constituíam em Estados interagiam, visando cada qual ou, mais precisamente, o grupo dominante de cada qual, alcançar um equilíbrio que lhe permitisse a sustentação de uma situação interna mais ou menos, instável de acordo com circunstâncias particulares. Pois esta década na Europa é a da busca de novas soluções, da busca de novas roupagens para as novas realidades, visto que as antigas já se revelavam inadequadas.

Senão vejamos. Podemos penetrar nesse emaranhado a partir da revolução industrial, que hoje se nos afigura como um dos acontecimentos mais importantes e mais característicos do século XIX europeu.

A Inglaterra está na vanguarda da industrialização. A lã recua diante do algodão, Norwich é superada por Manchester. O desenvolvimento da indústria têxtil traz novas necessidades, impõe novas soluções. A lã inglesa é substituída pela estrangeira ou colonial. Ela vem principalmente da Espanha, da Alemanha e da longínqua Austrália. Essa dependência de um fornecimento constante de matérias primas faz-se sentir ainda mais fortemente no tocante ao algodão, produto tipicamente colonial, do qual o suprimento constante é assegurado pelo poderio da marinha inglesa. E há que considerar-se ainda o potencial energético da Inglaterra, cuja produção de carvão é cerca de sete vezes superior ao de todos os Estados alemães juntos, e dez vezes superiores ao da França, o que coloca a Inglaterra numa situação de excepcional preponderância na escala dos Estados que dispõem de indústria siderúrgica considerável.

O progresso inglês foi rápido e, por isso, não se processou sem crises sociais. Prova disso é o cartismo que assumiu proporções gigantescas, atingindo a todos os níveis do organismo social da Grã-Bretanha. E as exigências (ou programa) dos cartistas ameaçavam os suportes do grupo dominante, indo da igualdade dos distritos eleitorais à abolição do censo de elegibilidade. Em 1839 os mineiros galeses marcham sobre Newport e são massacrados. Mas o período agudo da crise é superado. O desenvolvimento econômico leva à construção de novas estradas de ferro, propicia a instalação de novos estabelecimentos industriais que absorvem parte do excedente de mão de obra. A melhoria da conjuntura interna e internacional (armada em grande parte pelos próprios ingleses) leva a uma elevação dos salários e, para aliviar ainda mais a situação, uma série de boas colheitas provoca a baixa do preço do pão. Tudo isso fez com que na Inglaterra, no dizer de Ponteil, os revolucionários se tornassem reformistas.

A situação no continente era, porém, bem diversa. Enquanto na Inglaterra o grupo ligado à atividade agrícola buscava integrar-se na nova ordem econômica e permitia (pois não lhe restava outra alternativa) a participação da burguesia na manipulação do poder político, na Alemanha os grandes senhores rurais aferravam-se à exclusividade da dominação, tanto econômica quanto política. Não se tratava, naturalmente, de uma Alema-

nha constituída como Estado mas sim de um agregado de Estados independentes cujas populações ansiavam pela unificação, a qual, porém, encontrava entraves de várias ordens, entre outros cálculos dinásticos, luta austro-prussiana pela hegemonia alemã e a política do equilíbrio europeu, dentro da qual não havia interesse na formação de uma Alemanha forte e unificada. O absolutismo era o regime político dominante e era contra êle que a burguesia industrial alemã tinha que lutar, visto que a preservação de formas tradicionais de legislação econômica impedia o desenvolvimento da indústria da Alemanha. Consideradas as contradições da Alemanha como um todo e analisadas as diretrizes do processo histórico da mesma, ver-se-á que a perspectiva que se abria era a das revoluções burguesas que visavam a reformas políticas para, através delas, criar condições de desenvolvimento industrial. E se bem que as revoluções alemãs de 1848 tivessem começado com agitações camponesas esparsas, essas sequer foram utilizadas política ou taticamente pela burguesia a qual, além de consideravelmente refratria às agitações populares, considerava mais propícia a política de compromissos com os poderes estabelecidos, tendo consciência da fragilidade dos mesmos e da facilidade com que conseguiria dêles as concessões que desejava.

Na França a industrialização caminhava a passos lentos para impor-se à agricultura, e um dos motivos mais importantes para essa relativa lentidão era a escassez de carvão. Em 1847 a produção era superada em cerca de 2,5 milhões de toneladas pelo consumo. A carência desse elemento contribuiu notavelmente para o retardamento da industrialização francesa, mas não a impediu. A França estava atrás da Inglaterra sim, mas também estava a frente dos outros Estados europeus nesse setor.

A política francesa era manipulada por uma aristocracia financeira e, em parte restrita, pela burguesia industrial. O proletariado, emergente e excepcionalmente politizado (pois não debutou nesse plano no próprio palácio de Versalhes, durante as jornadas de Outubro da Grande Revolução?), estava totalmente afastado do poder, mas ansiava acercar-se dêle para, através da participação direta, melhorar a sua situação real. A crise política que precede a queda da monarquia de julho é, na verdade, o reflexo de uma profunda crise social que estalou em fevereiro de 1848. Quem fez a revolução foi o povo, indistintamente, o povo todo lutou contra o domínio de um grupo social restrito — a aristocracia financeira. E com a instauração da Segunda República, houve a partilha dos despojos entre os vencedores. Notou-se, então, que aquilo que havia recebido a denominação genérica de

povo não existia e que era uma união de grupos sociais diversificados e que, por diversos, esperavam resultados diversos de sua conquista. E como conciliar os interesses de *burguesia industrial*, *proletariado*, *pequena burguesia* e, por que não, *campesinato*?

Tornou-se evidente a necessidade de exclusão do mais fraco pelo mais forte ou, do menos aparelhado para manter o poder pelo mais aparelhado para manter o poder. Instaurou-se, então, na França, a República burguesa, a qual foi sacramentada com a repressão de insurreição de julho, cujo trágico balanço apresentou cerca de 3.000 mortos e 15.000 deportados, muitos dos quais estiveram nas barricadas em Fevereiro.

A revolução na França foi, portanto, tipicamente social, ao contrário das revoluções alemãs.

Não encerram êsses exemplos o ciclo revolucionário europeu da década 1840-1850. Há que se considerar a Revolução de 1848 na Hungria, liderada por Kossuth (o qual, segundo Amaro Quintas, tornou-se nome de jornal, pela mesma data, em Pernambuco), de orientação predominantemente política, buscando a autonomia da Hungria dentro do quadro do Império dos Habsburgos. E bem verdade que não faltaram implicações sociais ao movimento magiar assim como não faltaram às revoltas italianas contra os absolutismos peninsulares.

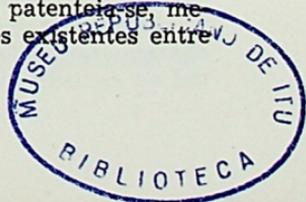
Resumindo: o ciclo europeu das revoluções da década 1840-1850, que se condensavam para eclodir em 1848, diferencia-se em função dos organismos sociais que as realizaram, ora acentuando o caráter de revolução política ora o de revolução social, de acôrdo com os interesses do grupo social equipado para realizá-la. Esse complexo revolucionário europeu, internamente diferenciado, não poderia deixar de agir sôbre o processo histórico brasileiro.

A *maioridade* representa, indubitavelmente, uma solução de compromisso entre facções políticas que, em sua luta pelo poder, haviam chegado a uma situação de "impasse". Os diversos grupos políticos (ou partidos) apesar de programas diferentes, defendiam — cada qual à sua maneira — os interesses de um mesmo grupo social. Com isso, tratava-se no jôgo parlamentarista do Império, de vitoriar-se cada qual na luta pelo poder, e não de atingir o poder para a realização de um programa partidário.

O desnível entre realidade sócio-política e programa levava a situações de ruptura. Grupos sociais não participantes direta ou efetivamente do poder (entenda-se: com força de decisão)

estimulados pela fragilidade aparente do sistema e regime, e movidos pela necessidade de participação efetiva, recorriam a soluções de compromisso com o poder central. A alternância de gabinetes liberais e conservadores, que se desenhava já na década que mais diretamente nos interessa, é o exemplo mais nítido dessa tendência; grupos sociais enquadrados no que chamaremos de grupo dominante restrito (entenda-se por isso: grupo dominante em escala provincial ou regional mas diferenciado do grupo politicamente dominante em escala nacional por interesses econômicos e outros) reagiam à marginalização política que lhes era imposta, e procuravam participar da manipulação do poder central. Essa busca da dominação política ou melhor, essa busca dos meios políticos da dominação resultou, ou na integração desses grupos que viram assim seus interesses defendidos através da coparticipação na manipulação do poder, ou na ruptura com o grupo dominante em escala nacional. A forma mais aguda dessa ruptura é, sem dúvida, a revolucionária. Não podemos esquecer, nesse contexto, a atuação dos grupos sociais que mantinham relações de dependência com os acima citados visto que se não por outras razões, deles dependia a possibilidade de efetivação dos movimentos revolucionários ou sediciosos. Por outro lado, há que ressaltar que êsses grupos não apresentavam condições para desencadear por si mesmos movimentos de alguma envergadura. Além de limitações de ordem material, não estavam em condições de elaborar uma ideologia revolucionária que se tornasse um fator de aglutinação dos movimentos desencadeados. Há que lembrar ainda, e isso é importante, que se assim acontecia em relação aos grupos em dependência, o mesmo se verificava com os grupos dominantes de qualquer categoria.

A imagem que os brasileiros têm da Europa é uma formulação de acôrdo com a sua própria realidade. A não ser para um pequeno grupo de intelectuais, parece a Europa um todo. E êsse todo, que não o é de fato, é decisivo para o Brasil. Decisivo, porque modêlo. Das modas das elites à literatura lida ou escrita no Brasil, dos tecidos utilizados na vestimenta ou das ferramentas utilizadas às ideias políticas, o que se faz ou o que se usa no Brasil é cópia de modelos europeus. Evidentemente as idéias revolucionárias transplantadas a partir do modêlo europeu seriam (quando a existência de condições revolucionárias, o propiciaram) aceitas, aliás, assim como acontecia nos mais variados setores da vida imperial, sem uma necessária adequação às realidades locais. Essa falta de adequação patenteia-se mediante uma rápida mostragem das diversidades existentes entre o modêlo europeu e o Brasil.



O grande centro irradiador de ideais revolucionários na Europa era a França. As idéias revolucionárias foram formuladas a partir de uma observação mais ou menos consciente da realidade francesa. Essa realidade francesa, porém, era fundamentalmente diferente da brasileira. Em seu 18 *Brumário de Luis Bonaparte*, Marx, ao analisar a revolução de 1848 na França, caracterizava ao menos oito grupos sociais que participaram ativamente da revolução. Quantos deles encontrar-se-iam no Brasil? Provavelmente, se se propuzesse uma análise da realidade social brasileira do mesmo período, dir-se-ia: Em São Paulo encontramos tantos grupos sociais, em Pernambuco outros tantos, e no Rio Grande do Sul, mais tantos, e todos, ou quase todos diferenciados. E naturalmente, ressaltar-se-ia a presença dos escravos, os quais não existiam na França.

Essa falsa consciência levou sempre, ou a soluções de compromisso, ou a fracassos, visto que a tentativa de implantação de um modelo estranho como fórmula de solução de problemas locais revelou-se ineficiente. Mas esse agir em função de uma imagem da Europa que levava ao estabelecimento de uma imagem do próprio Brasil é importante, e muito importante, pois que iria determinar a ação de revolucionários (aos quais podemos com maior propriedade chamar de sediciosos) e de legalistas.

Mas, para que essas abstrações assumam valor historiográfico, há que se passar à análise dos fatos. E no caso presente far-se-á a apresentação sucinta de dois exemplos a partir dos quais graças aos elementos fornecidos por eles, estaremos em condições de estabelecer uma primeira etapa de generalizações com vistas as conclusões finais.

A economia gaucha (com exceção de um de seus produtos — o couro), não se enquadrava no setor exportador da economia brasileira. O produto básico da região, o charque, era comercializado nas áreas ligadas à exportação (zonas açucareiras e cafeeira, p. ex.), aonde era destinada à alimentação dos escravos. Por outro lado, o trabalho escravo, base da produção do charque do Rio Grande do Sul tornava a menos rentável do que no centro próximo de concorrência, a região platina, pois lá a utilização do trabalho assalariado permitia oferecer a mercadoria por preço mais favorável.

O grupo dominante sulino, ligado ao setor de exportação do charque (entenda-se, no caso, exportação em escala interregional ao contrário dos centros açucareiro e cafeeiro, de onde se

exportava em escala internacional) havia organizado uma série de relações com os outros grupos sociais, relações que eram de dominação. Para a manutenção dessas relações de dominação, cuja base era a posse da terra ou, no caso do exportador, a participação na renda gerada pela atividade cuja condição essencial era a terra, necessitava o grupo dominante participar do poder, ao menos em dimensão provincial para, através da manipulação do poder, determinar uma política econômica de acordo com os próprios interesses.

Acontecia, porém, que o grupo dominante gaúcho estava afastado da manipulação do poder central, o qual estava sendo utilizado em benefício dos grupos ligados ao setor de exportação internacional ou seja, de grupos ligados ao setor açucareiro e cafeeiro, principalmente. De resto, o grupo economicamente dominante na província sulina não o era politicamente, sequer em termos provinciais. Isso porque a política era orientada pelo Rio de Janeiro e o presidente da província designado pelo governo preocupava-se em seguir as ordens da Corte em vez de orientar a sua ação em função da realidade econômica sulina. A tributação das terras, para a formação da milícia subordinada ao presidente, seria, além de odiosa, inaceitável pelos produtores, dentro dum sistema tipicamente extensivo de aproveitamento das terras. No Manifesto do presidente riograndense, em *O Povo*, de 12 de Setembro de 1838, denunciava-se a lei estabelecida pelo representante do poder central (na data, o presidente Braga), prevendo um imposto de dez mil réis sobre légua quadrada de campo e direitos sobre os chapados, esporas e estribos dos cavaleiros...

Essas colocações levam a caracterizar o movimento farroupilha como sendo de fundamentação basicamente econômica. E, na verdade, seria em vão tentar-se-lhe imputar fundamentação predominantemente social. A reação dos grupos implicados no movimento a alguns ensaios de melhoria na situação em favor de elementos pertencentes às camadas inferiores da sociedade gaúcha fora por vezes de caráter nitidamente conservador. Em Manifesto sobre a ação presidente Braga diz-se que, por aumentar em 4% o salário dos operários do Arsenal de Guerra e o soldo dos guardas policiais, o que este faz é subtrair (subverter, diríamos nós) esses elementos à normalidade. Há que se considerar, evidentemente a situação política da região mas, mesmo assim, não se pode deixar de ressaltar a atitude conservadora que se esconde na argumentação.

A impossibilidade de encontrarem-se buscas de uma revisão da estruturação da sociedade no movimento sulino não encerra

a indagação. O movimento apresenta uma consciência da realidade que leva à elaboração de uma ideologia. Essa ideologia apresentava ligações íntimas com a realidade (sempre, naturalmente, em termos da visão do grupo dominante) mas nunca chegou a elaborar-se orgânicamente, limitando-se a girar em torno de abstrações-necessidades tais como o republicanismo federativista.

O Império pouco de bom havia trazido para os gauchos. Consideravam-se estes tão sujeitos à dominação como o foram antes da independência, apenas que o espoliador não era mais o Reino e sim o Império. As manifestações dessa espoliação já foram sumariamente sugeridas mas não se reduzem a estas as queixas dos sulinos ao Império.

A marginalização política colocava-os, e isso já foi dito, numa situação de impossibilidade de manipulação do poder. Economicamente dominante nos limites regionais, o grupo formado por estancieiros, charqueadores e exportadores, estava afastado dos centros de decisão, inclusive em escala provincial. Conhecedores de sua situação em escala nacional, percebiam que a solução que se lhes apresentava era o de atingirem os centros de decisão provincial o que, porém, lhes estava, em princípio, vedado pelo funcionamento das instituições imperiais.

O federativismo, que se afigurava como a solução, não poderia surgir dentro dos quadros do Império. Por outro lado, o extremo sul era a região brasileira em contato o mais direto com a América espanhola, para a qual "*americanidad*" era um conceito com conotações intimamente republicanas. O ponto de referência de Manuel Lucas de Oliveira, na circular que enviou aos paulistas (datada de março de 1844) é a América e é endereçada aos cidadãos paulistas numa terminologia tipicamente republicano-revolucionária.

Não que os líderes do movimento fôssem, na sua totalidade, republicanos. Bento Manuel, paulista de Sorocaba e o mais brilhante chefe militar do movimento, era monarquista. De resto, bandeou-se não apenas uma vez para os legalistas, pelo que foi cantado em prosa e verso de forma pouco elogiosa:

Pode um altivo humilhar-se,
pode um teimoso ceder,
pode um pagão batizar-se,
pode um avaro prestar-se,
um lascivo confessar-se,

pode um mouro ser cristão,
o arrependido salvar-se,
tudo pode ter perdão
só Bento Manuel — não.

O próprio Bento Gonçalves parece ter sido arrastado pelas circunstâncias ao republicanismo, assim como outros chefes do movimento.

Há que se manter em mente, além do mais, que o movimento de início era de caráter reivindicatório e somente ante a impossibilidade de prosseguimento satisfatório das negociações com o governo central (no período regencial, o que também não é sem importância), é que os revoltosos resolveram-se pela ruptura. Essa ruptura, que se objetivou com a proclamação da República nos campos do Seival por António de Souza Neto, sob a inspiração de Manuel Lucas de Oliveira e Joaquim Pedro Soares, levava a uma situação de fato que era entretanto considerada transitória pelos próprios gauchos. A participação direta ou indireta de farroupilhas, e a importância que éstes davam aos movimentos revolucionários de outras regiões, menos pelos efeitos diversionistas destes e mais pela idéia constantemente presente de uma república federativa, são patentes. Nem poderia ser de outra forma, visto que os mercados brasileiros eram o escoadouro principal para a produção básica do Rio Grande do Sul. Senão vejamos alguns exemplos.

A *Sabinada*, movimento rebelde baiano de 1837, teve entre seus chefes o dr. Sabino da Rocha, que lhe deu o nome. Esse dr. Sabino esteve exilado no Rio Grande do Sul, antes de 1835, devido a uma comutação de pena de morte por crime de assassinio. Ora, esteve êle, então, no Rio Grande, exatamente no período de maior ebulição pré-revolucionária. Por outro lado, Bento Gonçalves, após a fuga das prisões baianas para onde fôra enviado pelo governo imperial, esteve homiziado cerca de um mês nas residências de baianos ou republicanos ou, se não republicanos, maçons. De resto, na documentação da Sabinada as referências ao Rio Grande citado como exemplo são várias e, se não comprovam, sugerem a relação dos chefes sabinos com o chefe farroupilha. Walter Spalding afirma categoricamente que “a Bahia revolucionária e o Rio Grande revolucionário auxiliaram-se mutuamente e que se houve influência gaucha na Sabinada, houve também cooperação baiana nas lutas farroupilhas”.

O espírito federativista, que não se define nas interligações entre o movimento gaucho e a Sabinada, por excessivamente

fortúitas, vai se caracterizar com a efêmera *República Juliana*, proclamada em Lages, Santa Catarina, a 11 de setembro de 1839. Nada mais ilustrativo do que acabamos de afirmar, do que a proclamação do presidente da República Riograndense aos lageanos. A República Juliana foi de pouca duração, mas esta duração era suficiente para encetar-se a primeira tentativa efetiva no sentido da criação da *Confederação Brasileira*. A presença do padre José Prudêncio dos Reis, como plenipotenciário catarinense no Rio Grande tinha essa finalidade. Mas tudo isso foi antes da década que nos propusemos a analisar. Para o nosso período, e em função não somente do movimento farroupilha mas, principalmente para o estudo do federativismo gaúcho, devemos anotar a revolta paulista de 1842 e, em segundo plano, devido a nossa linha de análise, o movimento liberal mineiro do mesmo ano.

O movimento paulista levou um novo, se bem que breve, alento aos gauchos. A 13 de julho de 1842 Bento Gonçalves declarava: “o Brasil inteiro se levanta como um só homem para sacudir o férreo jugo do segundo Pedro”. Eles eram brasileiros e não desejavam (nem lhes interessava) a separação definitiva. Chegaram a enviar um grupo armado chefiado por Portinho em auxílio aos paulistas, mas a expedição não teve êxito e retirou-se sem participar das escaramuças. O rápido desfêcho do movimento, do qual o principal chefe, Feijó, foi prêsso em Sorocaba, levou à fuga Tobias de Aguiar, o outro chefe da revolta. E êste se dirigiu ao Rio Grande. A sua fuga, porém, não foi coroada de êxito, e prêsso, foi enviado ao Rio de Janeiro.

As tentativas de contato entre os movimentos paulista e gaúcho, levadas a cabo por inspiração de uma idéia federativista, não puderam se repetir no caso do movimento mineiro, de bem curta duração.

Esse sumário de fatos justifica a afirmação da idéia federativista. Para reforçá-la, lembraremos ainda a questão da possibilidade de auxílio estrangeiro, principalmente platino, ao movimento dos farrapos.

É sabido que Rosas ofereceu auxílio argentino aos gauchos, auxílio que foi recusado. Retornemos a Spalding para encerrarmos a argumentação: “na entrevista em aprêço (1844) reza a tradição divulgada por Alfredo Ferreira Rodrigues, Caxias, após várias ponderações conciliatórias, disse a Canabarro que a revolução tendia a desaparecer pela falta de elementos para prosseguir.

Nesse momento teria o legendário farroupilha respondido:

— Engana-se, general. Ainda temos elementos próprios para sustentá-la por muito tempo. Se quiséssemos vencer a todo transe poderíamos fazê-lo. Leia esta carta (a carta de Rosas) e se convencerá. Mas, note que não aceitamos o concurso estrangeiro, porque primeiro que tudo somos brasileiros e em caso algum admitimos o auxílio da castelhanada”.

O movimento foi pacificado. Os gauchos, em particular o grupo ligado diretamente às atividades pastoris, atingiram o seu alvo. Foi-lhes concedida uma participação ativa na vida política provincial e, o que é importante, o charque platino foi taxado em 25%, o que os beneficiava grandemente, visto que afastava o espectro de uma concorrência desfavorável. No resto, a situação geral da província não foi alterada. O que houve foi o fortalecimento das posições já desenhadas no período pré-revolucionário, quer em termos sociais, quer em termos de organização da produção.

Quanto ao federativismo, não mais se manifestou virulentamente, inclusive porque não estava a ideologia na raiz do movimento mas foi este que forjou tal ideologia.

O segundo modelo de análise é a *Revolução Praieira*, movimento pernambucano de 1848, o ano das grandes revoluções européias.

Em Pernambuco concretizou-se um dos mais angustiantes dramas da vida política brasileira, que não foi superado sequer pela República. Trata-se da questão: busca-se o poder para realizar-se um programa definido ou apresenta-se um programa definido para atingir-se ao poder?

Essa questão, até hoje pendente no Brasil, aparece de forma nítida em Pernambuco.

Os chefes do *partido conservador* eram o visconde de Camaragibe e o visconde de Suassuna.

O chefe do *partido liberal* era o visconde de Albuquerque.

E os três eram irmãos, formando o que se convencionou chamar de “a oligarquia Cavalcanti”. Para reforçar o domínio político dessa família, foi presidente de Pernambuco, de 1837 a 1844 Francisco de Rego Barros, aparentado a êles. O domínio que esta oligarquia estabeleceu foi completa. Expressa-a a divulgação da seguinte quadrinha:

Quem viver em Pernambuco
deve estar desenganado,
que ou há de ser Cavalcanti
ou há de ser cavalgado.

A situação geral de Pernambuco avizinha-se da crise. As relações de produção obedeciam a uma estruturação superada, baseando-se a produção na grande propriedade escravocrata. Essas grandes propriedades achavam-se concentradas nas mãos de um grupo restrito de senhores de engenho e vale a pena lembrarmos o fato de que cerca de um terço dos engenhos achava-se nas mãos dos Cavalcanti, segundo informações de Caio Prado Jr.

Pernambuco permanecia o eixo econômico do Nordeste, sendo o produto básico um produto de exportação: o açúcar. Integrado no grande comércio mundial, e mantendo a sua posição de aglutinador da economia nordestina, forçosamente deveria abrigar um grupo social diferenciado em vários níveis daqueles que dependiam da grande lavoura, de forma direta. Não que se possa falar na existência de uma burguesia comercial perfeitamente caracterizada mas, tanto pela amplitude quanto pela natureza de sua atividade, formou-se um grupo social que se assemelhava à pequena burguesia e que apresentava um elemento diferenciador que será explorado durante os acontecimentos que nos interessam: formavam-no predominantemente portugueses. Esse grupo conseguiu estabelecer um quase monopólio da atividade comercial, o que representava um obstáculo a mais para o desenvolvimento de uma classe média nacional no Recife.

A situação grave da classe média nascente poderia ser ligada a duas causas fundamentais, e assim o foi na época: o latifúndio e o monopólio comercial português. Por outro lado, a reação antioligárquica articulou-se a partir de 1842, sob a chefia de Luis Inácio Ribeiro Roma e João Batista de Sá, os quais iniciaram sua pregação através de um jornal, o *Diário Novo*, instalado à rua da Práia, donde a designação "praieiros". O partido que se formou em torno da "Práia" reunia elementos das mais diversas tendências políticas, desde o liberalismo de um Nunes Machado ao socialismo do general Abreu de Lima, sem contar o falansterismo de Filipe Lopes Neto. Na verdade, a orientação ideológica comum era ausente, mas presente estava um ponto comum de ação política: a destruição da oligarquia. Abraçando as reivindicações populares de nacionalização do comércio e propondo a derrubada da oligarquia,

conseguiram os praieiros a despeito de divergências ideológicas, alcançar as camadas populares, o que levou Nabuco a dizer, não sem razão, que “o partido praieiro foi um partido sem direção e sem disciplina, porque propriamente não foi senão um movimento de expansão popular”. Há que ressaltar, entretanto, que essa penetração popular foi muito mais superficial do que possa parecer, visto que ela se dirigia para a população urbana, cuja participação na sustentação (não na eclosão) do movimento foi reduzida.

Em 1844 cái o gabinete conservador e, com a subida dos liberais, os praieiros preparam-se para a tomada do poder, o que conseguem após esmagadora vitória nas eleições para a Assembléia Geral. O período que se segue é um período de domínio da “Práia”, correspondendo à presidência de Chichorro da Gama.

Chegamos ao ano de 1848. A notícia da proclamação da República na França agita os ânimos. Chichorro da Gama é exonerado, perdendo os praieiros um ponto seguro de referência, o que quase desencadeia a revolta em pleno período liberal. Seis meses depois, cái o gabinete liberal. Os conservadores iniciam imediatamente a reconquista das posições perdidas. Mas Pernambuco reage. A 7 de novembro inicia-se o movimento armado em Olinda mas este não tem as dimensões do anterior movimento político. Em fevereiro do ano seguinte tentam os rebeldes a tomada de Recife, mas o fracasso da arremetida é o próprio fim das lutas. Os outros episódios militares são sem expressão numa luta já decidida a favor dos legalistas.

Ora, os aspectos episódicos nos mostram claramente dois elementos caracterizados da relação de dominação estabelecida em Pernambuco. Por um lado o controle do poder econômico, por outro a manipulação do poder político.

A resistência que se ofereceu foi ao nível do segundo mas a manipulação do poder político em escala provincial revelou-se insuficiente por não contar com o apoio suficiente do poder central.

Outros fatores contribuíram para o fracasso da Revolução Praieira. No momento em que esta se revelou caracteristicamente social, os elementos praieiros ligados ao grupo economicamente dominante retiraram a sua adesão. Prova disso é que o movimento nunca chegou a contar com um contingente militar superior a 2.000 homens. E se considerarmos que este já reduzido contingente era formado por elementos de origem rural, notaremos um fenômeno extremamente curioso. A “Praieira”

que no nascedouro apresentava características de movimento social, ao encerrar-se ficava reduzida a limites que marcam os movimentos políticos tradicionais dessa área de latifúndios.

Já nos referimos à heterogeneidade ideológica dos homens que formavam o partido da "Praia". Há que destacar, porém, um ponto de ligação entre todos êles, entre o pensamento social de todos êles: visavam a reformas segundo modelos franceses.

É o caso de Antonio Pedro de Figueiredo, jornalista de *O Progresso*, revista publicada entre 1846 e 1848. O homem que pede a morte "do despotismo na pessoa da grande propriedade territorial", que preconiza a reforma agrária ao dizer: "neste fato, na grande propriedade territorial, nesses novos Latifúndia, deparamo-nos com a base desta feudalidade que mantém diretamente, sob jugo terrível metade da população da provincia e oprime a outra metade por meio de imenso poder que lhe dá esta massa de vassallos obedientes... Reconhecemos numa palavra que a divisão do nosso solo em grandes propriedades é a fonte da maior parte de nossos males". Esse homem, quase autodidata, traduziu a História da Filosofia de Victor Cousin. A preocupação social de elementos ligados a "Praia" objetivava-se com a seguinte frase do Cousin Fusco: "Que são as reformas políticas sem as reformas sociais? Uma máscara e nada mais".

A necessidade de busca de soluções locais surgia patente para alguns. Nunes Machado denunciou a preocupação conservadora (e que era uma constante dos políticos liberais, e como não haveria de ser?) de buscarem-se sempre soluções políticas para superação das crises de qualquer ordem, fôssem sociais, fôssem econômicas. Critica os liberais que viam na igualdade perante a lei a garantia fundamental das liberdades em termos que coincidem espantosamente com os argumentos de Lacordaire em Paris. É êle, Nunes Machado quem afirma que "a igualdade não está em proteger a todos igualmente e do mesmo modo; a igualdade está em proteger cada um conforme as suas circunstâncias. Muitas vezes é igualdade proteger a um com dez e a outro com cem".

As raízes européias, enquanto modelo, não passaram desapercebidas a Oliveira Lima. Buscou êle encontrar as ligações com os movimentos de Paris principalmente e de Viena, Berlim e da Itália, mas não chegou a assumir uma atitude crítica face ao que Amaro Quintas denominou "espírito quarante-huitard no Brasil".

As causas do descontentamento popular foram, então, equacionadas em tórno de dois pontos: grande propriedade e controle do comércio pelos portugueses. Houve, porém, um descompasso entre a formulação dos problemas e a formulação das soluções. Senão vejamos as reivindicações mais importantes:

- extinção do poder moderador
- organização federativa
- inteira independência dos poderes constituídos
- voto livre e universal
- liberdade de imprensa
- trabalho com garantia de vida para os brasileiros
- comércio a retalho para cidadãos brasileiros
- extinção do juro convencional
- reforma judiciária
- extinção do poder de agraciar
- reforma do sistema de recrutamento.

Da grande propriedade siquer palavra. As reivindicações que mais graves se afiguravam ao govêrno foram indubitavelmente as de caráter político, principalmente a que exigia a organização federativa e que, por isso mesmo, colocava em xeque a própria estruturação do Império. O curioso é que o federativismo, dentro do quadro geral do movimento da “Práia” configurava-se numa finalidade bem diversa daquela vista pelos farroupilhas: para êstes era a solução para o fortalecimento definitivo de uma relação de dominação; para os da “Práia” representava o meio para a desarticulação de uma relação de dominação historicamente constituída.

. . .

Retomando o exposto para as conclusões, podemos dizer que, antes de mais nada o fator regional é fundamental visto que as explicitações ideológicas apesar de certos ingredientes europeus invocados nunca conseguiram ultrapassar limites determinados pela especificidade de situações concretas particulares. Está claro que os movimentos resultaram de condi-

ções especificamente regionais e, em última análise, buscavam soluções locais, perdendo-se com isso uma perspectiva mais ampla ou seja, nacional. Evidentemente a falta de expansão dos movimentos prende-se a fatores de outra ordem, quais sejam a escassez de meios ou insuficiência destes para uma ação mais ampla do que a regional. Há que perguntar-se ainda até que ponto essa ampliação seria efetivamente de interesse dos grupos que desencadeavam os movimentos.

Isso porque os movimentos foram sempre orientados ou pelo menos desencadeados em função dos grupos dominantes ou de fração do grupo economicamente dominante. Esse mecanismo vem explicar o caráter bastante conservador que os mesmos assumiram (a não ser quando da perda do controle dos mesmos pelos seus chefes originais, como no caso da Praieira), visto que visavam ao fortalecimento de relações de dominação de caráter restrito já existentes. Em outros termos, visavam a uma reformulação política. Mas não uma reestruturação das relações sociais vigentes.

O caráter sedicioso, em vez de revolucionário, é decorrência lógica do que acima foi dito. Buscava-se a consolidação de relações de dominação e isso exigia movimentos de ruptura com o poder central. A necessidade da revolta deve-se ao fato de que as relações de dominação em escala provincial exigiam uma participação na manipulação do poder provincial e central ao mesmo tempo (participação direta ou através de mecanismos eficientes de pressão). Quando o movimento circular — dominação provincial para a dominação central, e desta para a dominação provincial — não se completava, surgia o risco de instabilidade social, o que (o caso típico é a Praieira) impelia os diversos grupos sociais à ação, pressionando o grupo dominante a assumir atitudes radicais para sobreviver como grupo dominante.

Quando os movimentos assumiam um rumo inesperado, quando tendiam a assumir um caráter de revolução social, os elementos do grupo dominante que os haviam desencadeado (com algumas exceções individuais, é claro), retornavam à sua condição de defensores da ordem estabelecida e os movimentos, despojados de uma sustentação material suficiente, pereciam à mingua.

A insuficiência ideológica dos elementos revolucionários, herança do período colonial, manifestava-se de forma notável. A necessidade de equacionamento teórico dos problemas, a neces-

sidade de formulação das soluções e, mais que tudo, a necessidade de justificação teórica da sedição encontrava-os despreparados. A não ser em casos excepcionais, a fragilidade já se manifesta no equacionamento da realidade. De formação européia, equipados com elementos de análise elaborados em função de uma realidade européia, de uma Europa industrializada, não foram capazes de adequarem as suas verdades à realidade brasileira.

Por beberem da cultura européia, por não apresentarem uma atitude crítica em relação à cultura européia, os brasileiros não viam o Brasil mas sim uma *imagem européia do Brasil*, o que em si representa a necessidade de novo estudo.